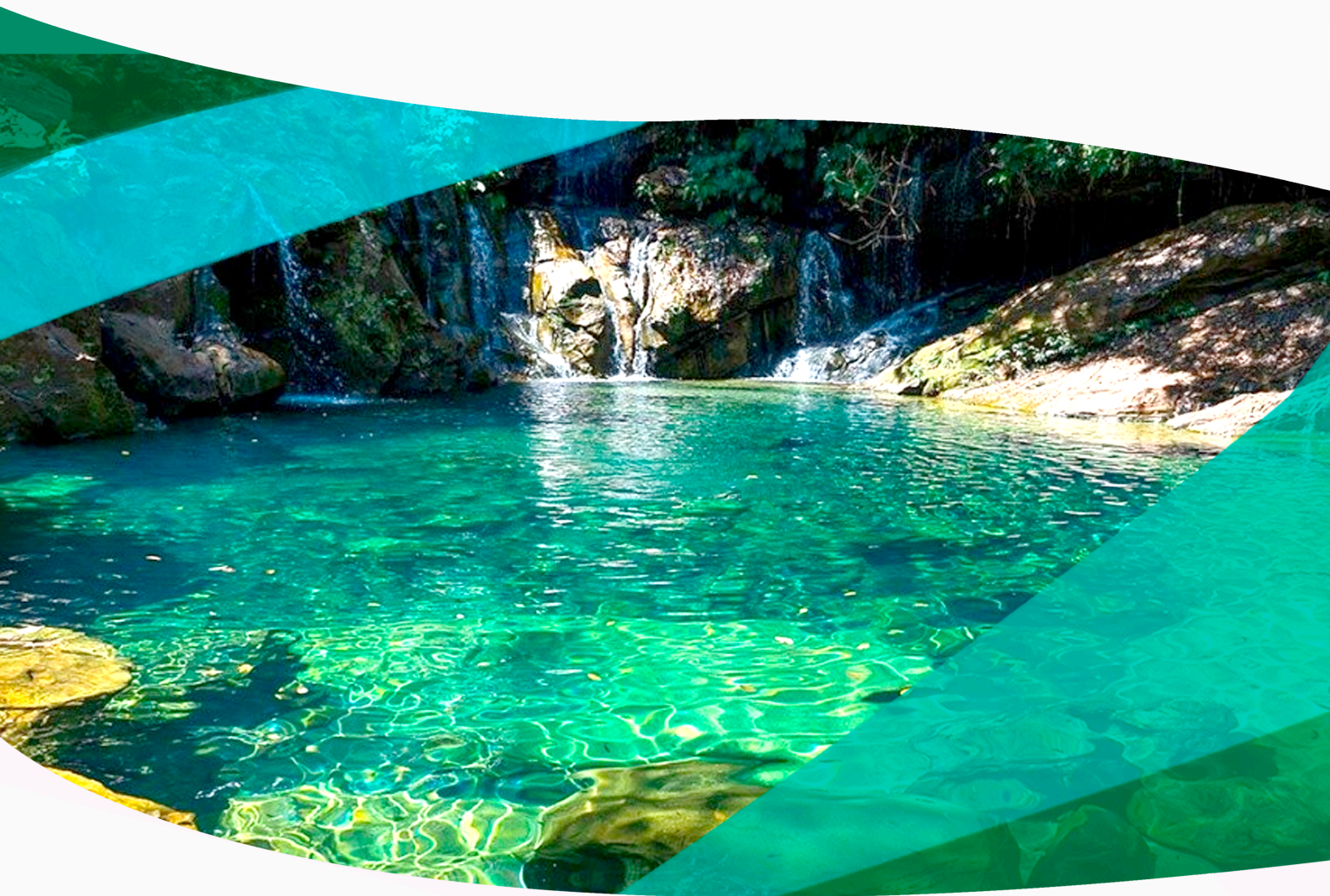





Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

1º bimestre de 2022



Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA
Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2022. v. 10 nº.1. – São Luís
– Maranhão: SEPLAN-MA. 2022

ISSN 2675-7680

30

DOI ISSUE/Vol. 10.47592/RTFMA1B20221

DOI. Texto. 10.47592/1bi202212

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.

I. SEPLAN-MA, 2022. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Brandão

Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Luís Fernando Moura da Silva

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Dionatan Silva Carvalho

Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Eduardo Cássio Beckman Gomes

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

João Carlos Souza Marques

Marcelo de Sousa Santos

REVISÃO:

Dionatan Silva Carvalho

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

Adriano Martins Costa

João Carlos Souza Marques

Stephanie Coutinho

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz](#))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA



O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise dos Cenários Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Estado do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público em âmbito nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando, assim, os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Instrução Normativa (IN nº 26) referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas (TCE).

Boa leitura!

SUMÁRIO

1.SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	6
2.CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
2.1. Cenário Internacional	7
2.2. Cenário Nacional	10
2.3. Cenário Estadual	12
3.CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	14
3.1. Resultado Primário do Governo Central	14
3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado	16
3.3. Finanças Públicas Maranhenses	17
a. Receitas	17
i. Receitas de Transferências	17
ii. Outras Receitas Correntes	17
iii. Receitas Tributárias	17
iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	18
b. Despesas	20
TÓPICOS EXTRAS	21
Gestão de recursos e planejamento estratégico como política pública	25
Correlações do PIB Estadual de 2015 a 2021	26
Repasse de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios	21

1. Sumário Executivo/ Carta ao Leitor

“A paz eterna dura somente até a próxima guerra”

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 1º bimestre de 2022, carrega os impactos da esperança que deixava o panorama do encerramento de 2021 e o apogeu dessas expectativas para uma trajetória caótica e incerta. O 1º bimestre de 2021, no âmbito macroeconômico aponta a perspectiva de estabilização dos preços internacionais e consequente melhora no panorama do câmbio e inflação. Já sob a perspectiva fiscal observa-se arrefecimento na arrecadação tributária devido aos preços internacionais e crescimento da receita pautado no processo inflacionário carregado até então, mas com perspectiva de estabilização devido a baixa dos preços das commodities - assim, o primeiro bimestre parecia promissor e desafiador apenas para alocação eficiente dos recursos à medida que as receitas cresceriam mais devagar ao longo do ano – não obstante os robustos ganhos com transferências do FPE ainda nesse período.

O apogeu da esperança quanto a estabilização macroeconômica e fiscal derivou sobretudo do choque provocado no final de fevereiro de 2022, enquanto os dados para o 1º bimestre ainda estavam sendo apurados dentro da gestão fiscal, as expectativas e os cenários se transformaram para um novo nível de incerteza econômica e geopolítica.

Desta forma, o Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 1º bimestre de 2022 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando ao ano anterior e ao orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA. Destacando a superação da pandemia da covid-19 com o processo de vacinação, sinais de recuperação do findar de 2021 e a piora do quadro com o choque do conflito da Rússia e Ucrânia que deve manter e a atividade econômica crescendo devagar – com mudanças no processo e inflacionário e possíveis elevações das taxas de juros que afetarão o investimento.

A possibilidade de um reforço inflacionário global, aumento do desemprego, encarecimento da alimentação, aumento da pobreza devem trazer novas e velhas mazelas para o mundo globalizado que ainda luta para superar definitivamente o choque socioeconômico da pandemia. Não obstante, os alertas de novas ondas de contaminação – embora atenuadas pela vacina.

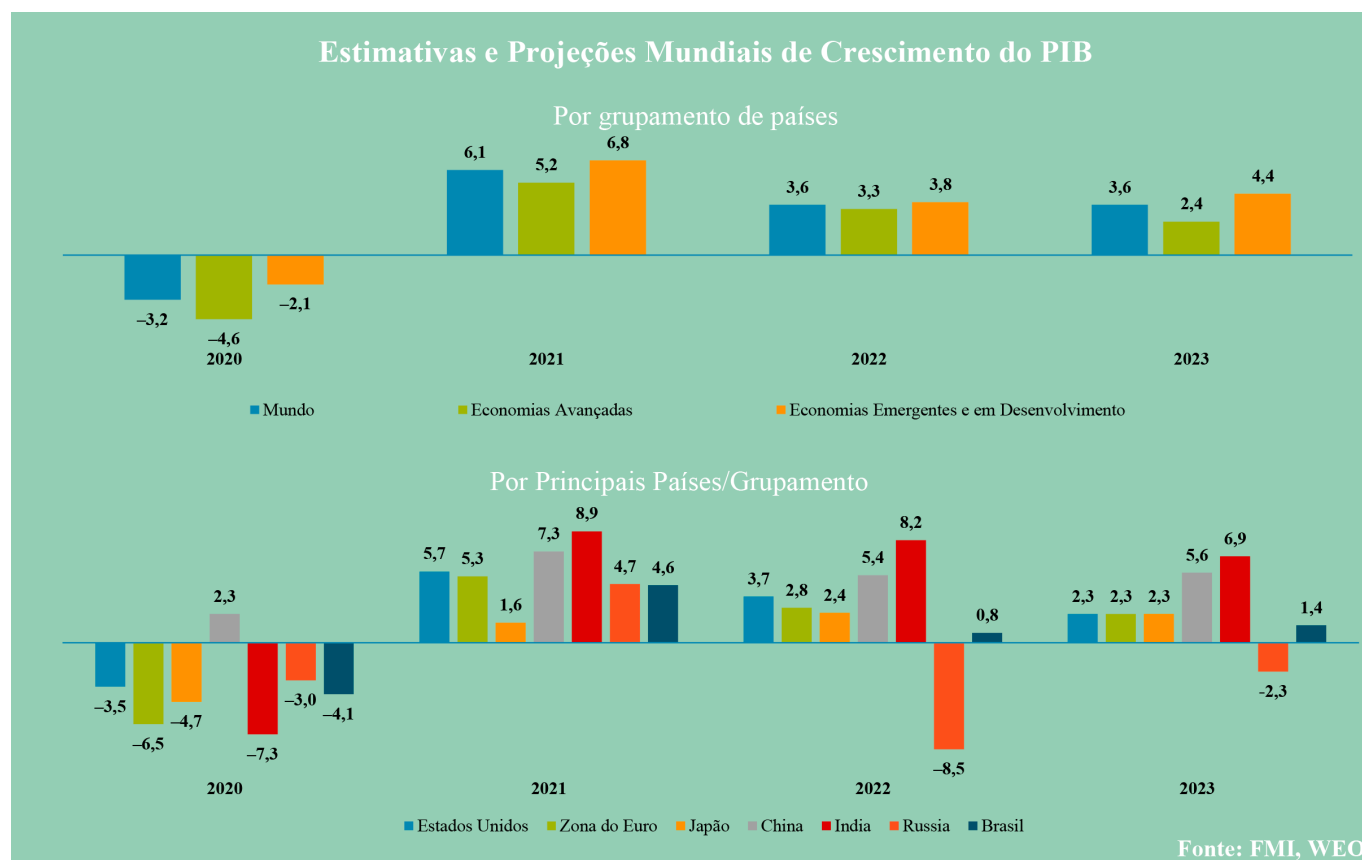
Ainda assim, o cenário para as finanças públicas deve ser de manutenção das intervenções e políticas anticíclicas, destacadamente, gastos em saúde – que cresceu ao longo da pandemia e deverão ser mantidos como os novos hospitais, leitos e o processo de vacinação. Não obstante, há os impactos do período eleitoral, do aumento das despesas de pessoal, da necessidade de novos investimentos e das pressões políticas e públicas para aumento de salários devido à corrosão inflacionária.

O ano de 2022 que iniciou na calma, apenas previa uma nova tempestade que não demorou a vir à tona. A tranquilidade do 6º bimestre não sobreviveu ao primeiro bimestre de 2022, e a guerra emergiu trazer novos e velhos conflito, aprofundando a crise socioeconômica e trazendo desafios imensuráveis para a gestão fiscal e financeira de todas as esferas de governo.

João C. S Marques



2. Cenário macroeconômico



2.1. CENÁRIO INTERNACIONAL

2.1.1. Pré-Conflito

Em termos gerais, o ano de 2021 ficou caracterizado pela continuidade no enfrentamento direto da pandemia da COVID-19 e suas novas variantes que assolaram o panorama de riscos. O processo de vacinação e a gestão eficiente da saúde pública foram alguns dos principais determinantes para a retomada da atividade econômica - como ficou demonstrado pelo caso chinês com estimativa de +8,1% em 2021.

Considerando estes fatores, por si só, seriam suficientes para resultar numa recuperação desigual ao redor do globo, contudo, para além disso, os fenômenos conjunturais e estruturais em muitos países acabaram por agravar ou atenuar a crise econômica desencadeando outras divergências. Dentre os tais fenômenos, foram determinantes: 1) a situação fiscal - permitindo eficientes políticas públicas anticíclicas; 2) o arcabouço institucional e político vigente; 3) a forma da dependência do mercado internacional - em termos de complexidade econômica e das mercadorias; 4) a dependência de insumos internacionais - que ficaram escassos; e 5) a estrutura produtiva.

A título de exemplo, nesse diapasão, é primoroso destacar o choque da alta dos preços das commodities e seus impactos inflacionários, bem como no câmbio e nas taxas de juros dos países. Um destaque, nesse âmbito, é o preço do petróleo e a consequente elevação dos custos com energia e de produção.

Outro fenômeno consequente desta crise econômica provocada pela pandemia, refere-se ao crescimento do nível de desemprego, fechamento de empresas e consequente ampliação do gap social com forte aumento do contingente de extremamente pobres no mundo.

O nível do comércio mundial em 2021 ultrapassou o nível pré pandemia, contudo, as desigualdades conjunturais e estruturas enfrentadas pelas economias dos diferentes países não permitiram a capacidade do comércio exterior reduzir os gargalos econômicos estruturais deixados pela COVID-19.

A ascendência da difusão da variante Ômicron da COVID-19 retomou os riscos para a continuidade do crescimento econômico, uma vez que algumas medidas restritivas

de mobilidade foram retomadas desde dezembro de 2021 por muitos países.

Desta forma o panorama geral até o findar de 2021 atentava-se principalmente ao risco da nova variante da pandemia em continuar arrefecendo o crescimento econômico através de novas e pendulares medidas de contenção social. Resaltando, porém, o rápido e amplo contingente da população vacinada ao redor do globo, reduzindo maiores danos e a necessidade de ações mais incisivas.

A transição para o ano de 2022 foi marcada por resultados otimistas quanto ao crescimento da atividade econômica global, embora sob perspectiva mais moderada saindo de +5,9% em 2021 para +4,4% no ano consecutivo, conforme prenunciava o World Economic Outlook de janeiro de 2022, do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ainda assim, o FMI reiterava a necessidade de programas de apoio à recuperação econômica, fomento e investimentos públicos estruturantes na economia como medidas estratégicas anticíclicas para o crescimento econômico. Assim, o cessamento de parte dos recursos do Build Back Better atua como freio para o crescimento dos Estados Unidos e de parte do mercado mundial. As ações da China para enfrentamento da pandemia, com grande força através do “COVID-19 Zero-tolerância” acabaram reduzindo os investimentos e gerando estresse nos mercados financeiros.

No que se refere aos mercados de commodities, as principais mercadorias para o Brasil - destacados no Painel 1, cujo preços subiram desenfreadamente após o primeiro semestre de 2020, apontavam para uma perspectiva de estabilização em 2022, uma vez que os últimos meses de 2021 (novembro e dezembro) sinalizavam arrefecimento, consequentemente perspectivas de menor crescimento da inflação, sinalizando estabilização ou até normalização ao longo de 2022 – uma vez que os riscos sanitários vem sendo mitigados e as cadeias de produção global e o mercado internacional reestabelecidos.

Contudo é primoroso reiterar que os patamares de preços até esse momento ainda estavam extremamente elevados e muito acima do padrão “normal” do pré-pandemia. Nesse sentido, esperava-se que essa regeneração das cadeias de produção deveria ocorrer gradualmente ao longo de 2022.

Não obstante, apesar da recuperação, a cadeia de oferta de mercadorias ao redor do globo ainda continuava prejudicada pelos consequentes efeitos da pandemia na transição para 2022. Além disso, os preços com energia não deixaram de ser ascendentes, elevando ainda mais os custos de produção e os preços ao redor do globo. Esse processo inflacionário global, também foi fortalecido pelos fortes pacotes de enfrentamento da pandemia e recuperação da economia e agora vem sendo acelerados pelo conflito da Rússia com a Ucrânia.

2.2.2. Conflito Rússia-Ucrânia

A passagem para o ano de 2022 trazia perspectivas otimistas quanto a estabilização dos preços internacionais das commodities e retomada do crescimento econômico, mas esse cenário otimista não foi duradouro. Em 24 de fevereiro a Rússia invadiu a Ucrânia inflamando os riscos globais novamente - o



que afetou as taxas de juros e de câmbio ao redor do mundo.

Não obstante, o conflito afetou os mercados de commodities de diversas formas, sob a ótica ucraniana, o país era um grande fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a União Europeia e sua oferta fora encerrada em decorrência do conflito gerando pressões nos preços dos alimentos.

Já sob a perspectiva russa, o país é um dos maiores produtores de petróleo, gás natural e fertilizantes do mundo, com a chegada do conflito, uma série de embargos e restrições foram estabelecidas contra a Rússia visando exercer pressões econômicas para encerrar mais aceleradamente a invasão, como consequência imediata os mercados tiveram de se readaptar comprando de outros produtores – mais caros, as commodities essenciais para o funcionamento de sua economia.

Nesse diapasão, os preços dos alimentos foram extremamente impactados devido à escassez de fornecimento acrescida de elevação dos custos de produção com fertilizantes e energia mais caros. O encarecimento do alimento somado à elevação dos custos com energia também desencadeou em um aumento global da inflação. As novas dinâmicas de mercado mudaram as expectativas de crescimento econômico.

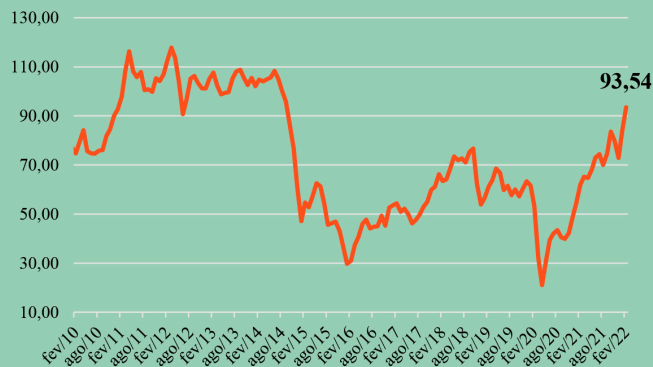
Neste novo contexto o crescimento econômico mundial foi revisado sob perspectiva negativa, o globo deverá crescer 0,8 p.p. a menos do que o esperado anteriormente, as economias avançadas - 0,6 p.p. e os mercados emergentes -1,0 p.p. em 2022. As principais economias serão afetadas, os Estados Unidos nessa nova revisão perdem -0,3 p.p. de crescimento; a Zona do Euro -1,1 p.p.; a China -0,4 p.p.; e é claro os mais impactados serão a Rússia que deverá registrar -8,5% de crescimento. e a Ucrânia com -35%.

O Brasil é uma das poucas exceções que teve uma revisão sob ótica otimista, com melhoria de 0,5 p.p. estimado sobretudo com os possíveis ganhos no mercado internacional de commodities alimentícias, destacadamente de proteínas animais e vegetais (soja e carne) e o baixo impacto em cadeia dos efeitos negativos que afligem a Europa.

A Guerra na Ucrânia não somente reforçou os impactos inflacionários provocados pela COVID-19 e adiou a recuperação econômica global, como também reinflamou as consequências humanitárias e a necessidade de realizar políticas contracíclicas para enfrentamento dos impactos socioeconômicos, destacadamente – redução do drástica do poder de compra, aumento da fome, e, do contingente de extremamente pobres.

PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE FEV/2010 ATÉ FEV/2022

Petróleo Brent (média)



Soja em Grãos



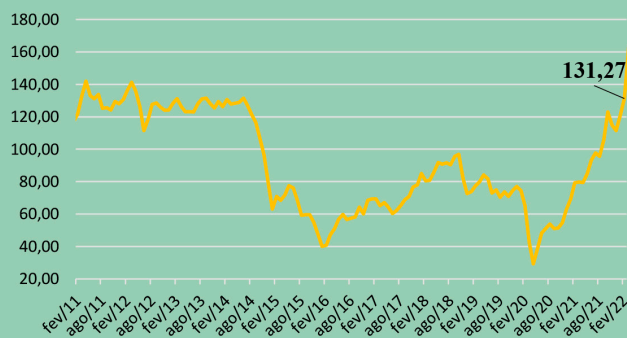
Minério de Ferro (US\$/dmu)



Índice de Laspeyres para commodities Fertilizantes (US\$)



Índice de Laspeyres para commodities Energéticas (US\$)



Índice de Laspeyres para commodities Não-Energéticas (US\$)



Fonte: Banco Mundial – mar/2022



2.2. CENÁRIO NACIONAL

Com o advento do conflito Rússia e Ucrânia, a elevação dos preços das commodities internacionais continuaram mantendo um duplo efeito na economia brasileira, a valer: 1) por um lado, produtos importados como Combustíveis e Lubrificantes ficaram extremamente mais caros – devido ao preço do petróleo e patamar cambial – bem como, de fertilizantes que são insumos para a produção agrícola brasileira; 2) por outro fronte, a economia teve ganho substancial na sua pauta de exportações – centrada em commodities agrícolas e alimentícias, que também subiram de preço no mercado internacional – à exemplo da soja, do milho e da proteína animal. Desta forma, enquanto por um lado a inflação brasileira ascendeu drasticamente através da ampliação dos custos com logística e produção, por outro, a atividade econômica voltada para ao exterior beneficiou o crescimento da economia brasileira, proporcionando valorização da atividade econômica.

Esses dois fenômenos devem, porém, ser observados de forma mais detalhada: 1) apesar do crescimento da economia, não houve melhora da estrutura econômica em relação às perdas estruturais da crise – as empresas fechadas e o aumento do desemprego não conseguiram ser supridos pelo crescimento da economia – isso se deu pois a exportação de commodities e bens de baixo valor agregado não acrescentou investimento, nem adensamento produtivo interno e não gerou novas contratações significativas para suprir as perdas – e que tais produções derivam de grandes empresas e que seus investimentos também tendem a demorar para se concretizarem. Desta forma, ampliou a concentração de renda e a desigualdade econômica; 2) no âmbito dos preços internacionais, deve-se considerar também que o forte crescimento da inflação exerceu penalidades no nível de renda da população brasileira – encarecendo substancialmente o consumo, desencadeando em fragilidades para o mercado interno e no aumento da pobreza.

A taxa de câmbio ao final de 2021 sinalizou estabilização e muito se atribui aos impactos da elevação da SELIC na atratividade de investidores internacionais para os ativos precificados em real – destacadamente os títulos do Governo Federal. A aquisição de reais pelos estrangeiros, fortaleceu a moeda nacional e mitigou parte da constante alta cambial sofrida pelo país devido ao risco da pandemia, uma vez

coberto o risco pela SELIC, o país torna-se atrativo a esses investidores. Nesse percurso, contudo, o país onera suas contas públicas para o pagamento de juros dos títulos cedidos e aumentando a dívida pública de 2021 em aproximadamente R\$ 100 bilhões, e para 2022, totalizando em R\$ 1 trilhão – elevação de R\$ 581 bilhões em relação à 2021 que é de R\$ 448,4 bilhões, considerando SELIC em 10,49%

Retomando a pauta do PIB, é importante destacar que medidas do Governo Federal através dos Auxílios de renda para enfrentamento dos impactos sociais da COVID-19 foram substanciais para manter a economia “girando”, apesar de terem sido menores e com duração inferior ao necessário para suprir a totalidade do gargalo produzido pela pandemia. Não obstante, as regiões mais pobres e com maior contingente de desempregados e desamparados foram extremamente “beneficiadas” em termos de movimentação dos mercados durante o pagamento destes benefícios sociais, elevando o rendimento médio da região Nordeste, por exemplo.

Cabe ainda salientar que apesar disso, o cenário para 2022 na economia brasileira deve ser mais ameno para as taxas de câmbio e inflação – contudo somente a partir do segundo semestre. Ainda assim, é primoroso reiterar os riscos fiscais da União que conta com o aumento da dívida e a necessidade de manter políticas anticíclicas e que ainda passará por um ano de eleição – que implica em fortes restrições dos gastos a partir do segundo semestre.

Reitera-se ainda que o Brasil, antes da pandemia da COVID-19 passava por problemas econômicos – destacadamente devido à crise político-institucional vivida desde o período de 2014 e 2015. Nesse diapasão, a pandemia retirou do enfoque e deu uma trégua à essa pauta política e estratégica, bem como, da evolução de problemas fiscais.

Nesse escopo, deve-se reiterar a necessidade de acompanhamento da pauta fiscal e do seu agravamento no panorama nacional, pois mesmo que em 2021 os resultados das finanças públicas tenham sido positivos, estas derivam de fenômenos conjunturais – preços internacionais, câmbio e inflação – vetores que possuem desdobramentos negativos na atividade econômica e cujo benefícios na pauta fiscal não devem perdurar após as eleições federais de 2022 e que, o cenário de normalidade, produz grandes problemas em termos de receitas para o setor público brasileiro.

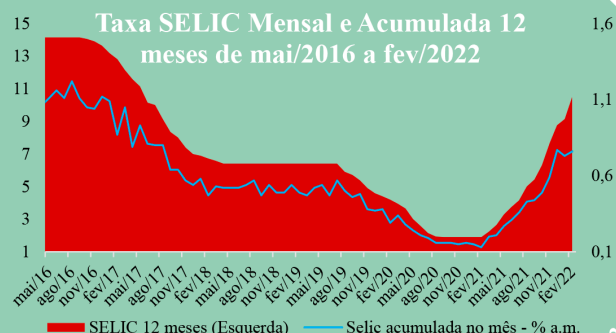
PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

IPCA Acumulado 12 meses de fev/2010 até fev/2022 (%)



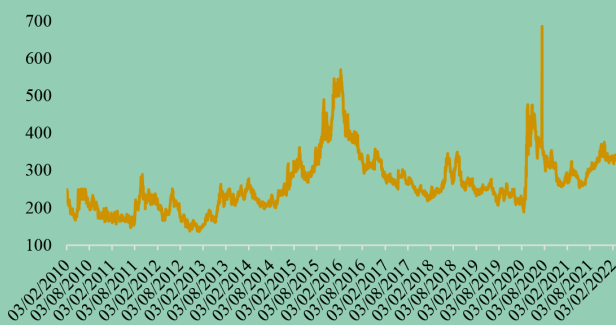
Fonte: BCB

Taxa SELIC Mensal e Acumulada 12 meses de mai/2016 a fev/2022



Fonte: BCB

Risco Brasil (EMBI+) - Diário - fevereiro de 2010 a fevereiro de 2022



Fonte: JP Morgan

Saldo de Empregos no Brasil de fev/17 a fev/22



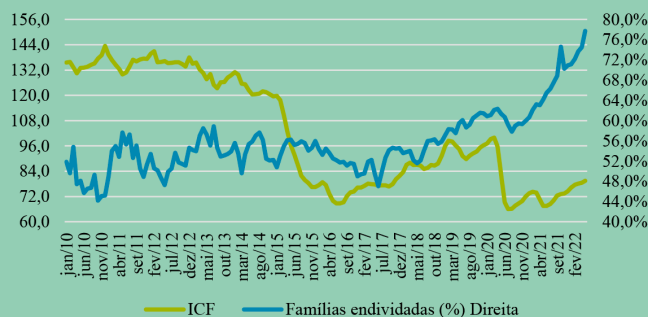
Fonte: MTE

Taxa de Câmbio Livre - Dólar Americano Diário - u.m.c./US\$ (venda)



Fonte: BCB

Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de jan/10 até fev/22



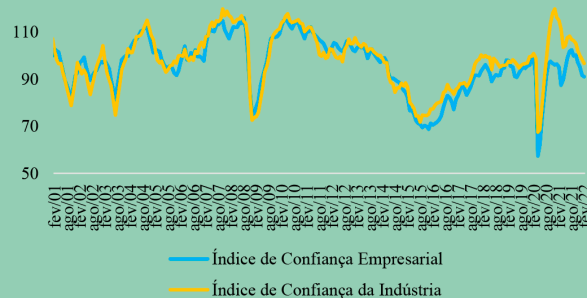
Fonte: CNC

Índice de Incerteza da Economia de fev/15 até fev/22



Fonte: FGV

Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de fev/01 até fev/22

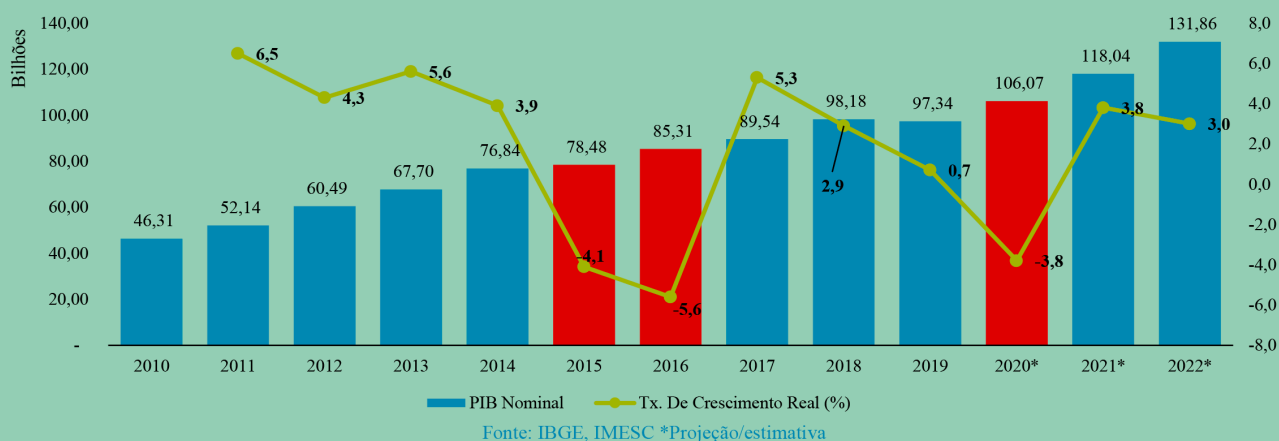


Fonte: FGV

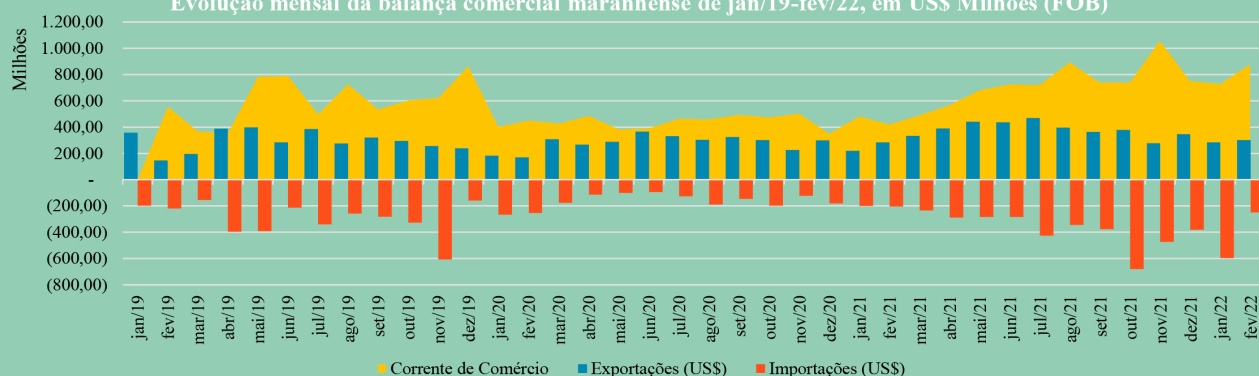


2.3 CENÁRIO ESTADUAL

Evolução do Produto Interno Bruto do Maranhão Valores Nominais e Taxa de Crescimento Real de 2011 até *2022, em R\$ milhões



Evolução mensal da balança comercial maranhense de jan/19-fev/22, em US\$ Milhões (FOB)



No primeiro bimestre de 2022 o Maranhão vinha surfando na mesma bonança do cenário nacional e internacional no que tange à normalização do panorama caótico após COVID-19. O crescimento econômico mensurado pelo PIB esperado para 2022 girava em torno de 3%, acima da expectativa nacional – sobretudo, devido aos impactos dos preços das commodities ainda elevados, do câmbio, e do efeito base fraca que vem sendo sanado à lentos passos ao redor do mundo.

Diante dessa perspectiva o primeiro bimestre obteve resultados otimistas, crescimento do estoque de empregos formais, redução da taxa de desocupação e crescimento do número de abertura de novas empresas.

Não obstante deve-se ressaltar os investimentos robustos realizados pelo Governo do Estado desde o segundo semestre do ano passado até o findar deste 1º bimestre que implicam em um efeito multiplicador significativo – principalmente por tratar-se de recursos para obras de infraestrutura que empregam um grande contingente de trabalhadores.

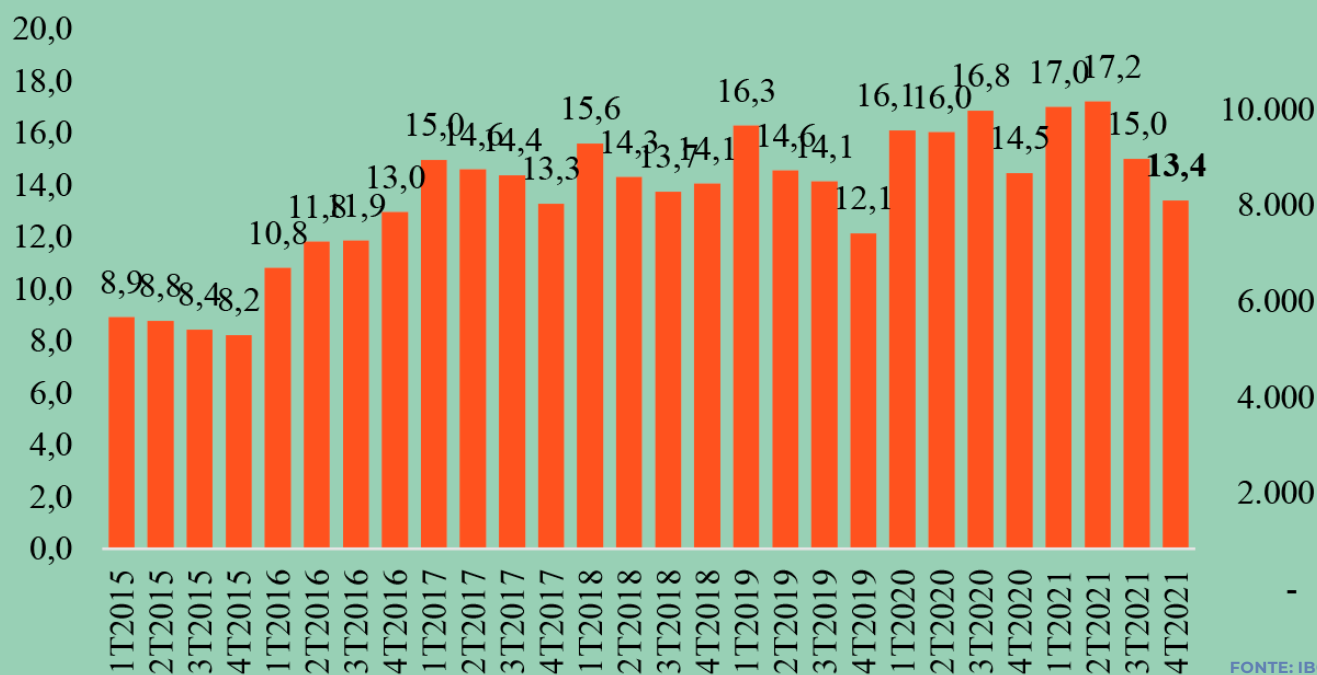
Além disso, é importante frisar o papel do comércio exterior maranhense para favorecer o crescimento do PIB e da dinâmica empresarial: 1) as exportações favorecidas pelo ainda elevado dólar – beneficiando empresas exportadoras; 2) as importações, destacadamente de Combustível e Lubrificantes, que com a alta dos preços do petróleo ao longo de 2021 e a relativa redução em dezembro acelerou a importação do produto em janeiro.

Contudo, apesar das perspectivas otimistas que se desenhavam para recuperação da atividade econômica, é de extrema valia apontar o continuado crescimento inflacionário como redutor do consumo das famílias e da dinâmica do mercado interno.

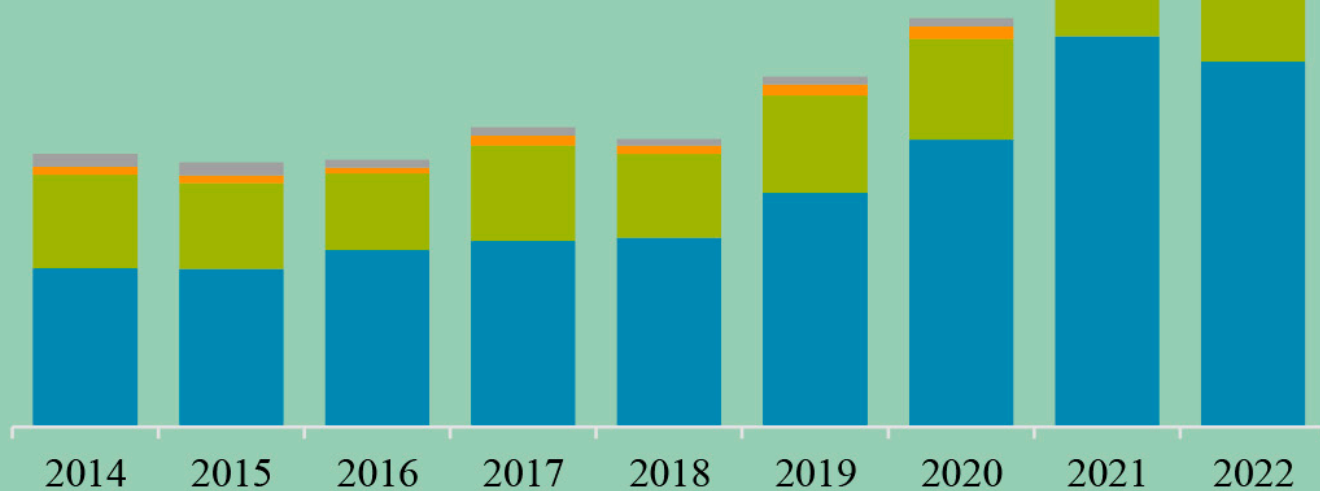
É de suma primazia, apontar na aceleração inflacionária ocasionada pelo conflito Rússia x Ucrânia, que também afeta o Estado do Maranhão: 1) no mercado interno – encarecendo combustível e fertilizantes, encarecendo os preços de locomoção, logística, energia e alimentação – reduzindo a renda disponível e o consumo; 2) no mercado externo – ampliando o valor em reais das importações de insumos e nas exportações favorecendo em especial as commodities alimentícias; e 3) o Governo do Estado ao beneficiar à arrecadação de ICMS sob importados – destacadamente dos Combustíveis e Lubrificantes.

Desta forma pode-se dizer em termos econômicos, que o conflito trás aspectos positivos e negativos no que tange ao nível de atividade econômica do Estado, contudo, devemos reforçar que a sua manutenção – devido ao processo inflacionário, pode ocasionar em impactos sociais extremamente drásticos que irão anular os efeitos positivos na economia, por exemplo, o aumento da extrema pobreza e da fome advindos da redução do poder de compra e encarecimento da alimentação; maior redução do consumo; redução do investimento privado; fechamento de empresas, dentre outros aspectos que podem fortalecer o ciclo recessivo e ampliar o delay para recuperação econômica efetiva do pós-covid.

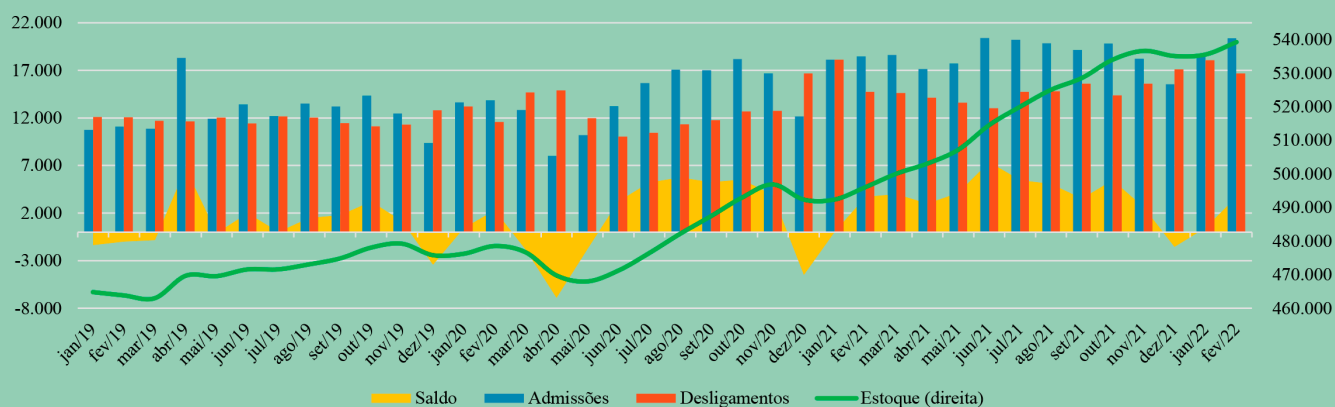
Taxa de Desocupação (%) por trimestre



Abertura de Empresas por Tipo - acumulado no 1º bimestre de cada ano



Evolução das Admissões, Desligamentos, Saldo e Estoque de Empregos no Maranhão de jan/2019 até fev/2022



3. Cenário das finanças públicas

3.1 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL NO 1º BIMESTRE DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO 1º BIMESTRE DE 2021 (em milhões)

Discriminação	2021	2022	Var. Absoluta	Fonte: STN	
				Var. Relativa (%)	
1. Receita Total	311.919,02	401.442,27	89.523,24	28,70	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	211.409,49	261.543,20	50.133,71	23,71	
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	67.620,36	79.425,40	11.805,04	17,46	
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.889,17	60.473,66	27.584,49	83,87	
2. Transf. por repartição de receita	60.968,24	81.644,20	20.675,96	33,91	
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	49.834,03	63.164,73	13.330,70	26,75	
2.2 Fundos Constitucionais	835,74	1.310,23	474,49	56,77	
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	2.889,26	3.190,16	300,90	10,41	
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	7.143,29	13.487,06	6.343,77	88,81	
2.5 CIDE - Combustíveis	92,90	209,96	117,06	126,00	
2.6 Demais	173,02	282,06	109,05	63,03	
3. Receita Líquida (1-2)	250.950,78	319.798,06	68.847,28	27,43	
4. Despesa Total	228.784,33	263.841,96	35.057,64	15,32	
4.1 Benefícios Previdenciários	104.694,25	114.754,10	10.059,85	9,61	
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	52.112,24	52.901,78	789,53	1,52	
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	42.110,09	51.706,55	9.596,46	22,79	
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	29.867,74	44.479,53	14.611,79	48,92	
5. Resultado Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)	22.166,46	55.956,10	33.789,64	152,44	
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	-	-	-	-	
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	1.037,90	1.515,91	478,01	46,06	
7. Discrepância Estatística	-2.556,08	-661,63	1.894,46	-74,12	
8. Resultado Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)	20.648,27	77.429,54	56.781,27	274,99	

Fonte: STN

Nos dois primeiros meses de 2022, o Resultado Primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 77 bilhões, assinalando expansiva melhora em relação ao período análogo em 2021, que havia apresentado um superávit da ordem de R\$ 20,6 bilhões. A retomada das atividades econômicas e aceleração do IPCA explicam esses números, uma vez que ambas as circunstâncias impõem peso no aumento da receita. A Receita Líquida na comparação sazonal entre bimestres, cresceu R\$ 68,8 bilhões (+27,43%) enquanto a Despesa Total, na mesma base de comparação, registrou crescimento de R\$ 35 bilhões (+15,32), ou seja, em valores relativos, a despesa cresceu numa magnitude menor que a receita.

Houve crescimento na tributação sobre a renda, esta que é fortemente impulsionada pela consolidação da atividade econômica brasileira no contexto pós-pandemia e da já mencionada aceleração no IPCA. A arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR) registrou, no 1º bimestre de 2022 crescimento da ordem de R\$ 28, 2 bilhões (+29%), tal crescimento explica-se especialmente pelos crescimentos no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ (R\$ 20,1 bilhões/+43,09%) e do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (R\$ 7,9 bilhões/17,42%). O crescimento do IRRF, por sua vez, fora capitaneado pelo aumento na arrecadação do IRRF sobre os Rendimentos do Capital (R\$ 3,8 bilhões/49,03%) e sobre os rendimentos do trabalho (R\$ 3,6 bilhões/13,57%), este último,

tradicionalmente, representando a maior fatia do IRRF, que no 1º bimestre de 2022 foi de R\$ 30,8 bilhões, o que representa 57% do total da arrecadação do IRRF. Tal crescimento é corroborado pelo indicador do saldo de admissões e desligamentos fornecido pelo [CAGED](#), que apresentou aumento de 6,74% na comparação entre o 1º bimestre de 2022 e 2021, fator impulsionado pela consolidação da retomada da atividade econômica em função do processo de vacinação.

A arrecadação sobre a lucratividade apresentou, no 1º bimestre de 2022, crescimento da ordem de R\$ 35,9 bilhões (+49,8%) em relação a igual período em 2021. Compõem esta base de incidência tributária a arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, tendo ambas as tributações apresentado aumento relevante no 1º bimestre quando comparadas com igual período em 2021. No caso do IRPJ, o crescimento foi de R\$ 20,1 bilhões (+43,09%), já a CSLL, cresceu R\$ 15,7 bilhões (+62,5) na comparação do 1º bimestre de 2022 contra 2021. O crescimento destes dois tributos se atribui às elevações reais na arrecadação referentes à estimativa mensal e ao lucro presumido e em função de pagamentos atípicos decorrentes da alienação de participações societárias por algumas empresas.

A tributação sobre transações financeiras registrou uma variação de R\$ 3,6 bilhões (66,3%) no 1º bimestre de 2022 sobre o 1º bimestre de 2020. A base de incidência de transações



financeiras corresponde às arrecadações do Imposto de Operações Financeiras – IOF e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, tributo de caráter provisório que não se encontra em vigência atualmente. Uma vez que desta forma a tributação sobre operações financeiras é formada somente pela arrecadação do IOF, os números e variações da primeira são os mesmos desta última. Segundo o Tesouro Nacional, o crescimento da arrecadação do IOF se dá, principalmente, pelo aumento do volume de operações de crédito contratadas tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, além disso, houve a instituição da alíquota zero para as operações de crédito entre 15 e 31 de dezembro sem contrapartida em 2021, cuja arrecadação ocorre em janeiro do ano subsequente, dessa forma, influenciando na variação do 1º bimestre.

No que tange a tributação sobre o faturamento, a arrecadação demonstrou crescimento de R\$ 859 milhões, o que em termos relativos denota um sutil aumento de 1,48%. Formam a base de incidência sobre o faturamento, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, que incide sobre a Receita Bruta das Empresas e o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep que é cobrado das Pessoas Jurídicas. O Cofins apresentou crescimento de R\$ 299 milhões (+0,66%) em sua arrecadação, enquanto o PIS/Pasep assinalou crescimento de R\$ 560 milhões (+4,3%). Explicam esses números fatores como as variações positivas reais do volume de vendas do varejo e do volume de serviços, além do crescimento das importações.

A Arrecadação Líquida para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS vivenciou, no 1º bimestre de 2022, aumento de R\$ 11 bilhões (+17,46%). Esse resultado é influenciado pelo saldo positivo de emprego no período e pelo aumento real de 8,76% na arrecadação do Simples Nacional em relação ao mesmo período em 2021.

Com relação às Receitas Não-Administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB, estas apresentaram um aumento de R\$ 27,5 bilhões (+83,8%), na comparação entre o 1º bimestre de 2022 e 2021, aumento esse puxado principalmente pela re-

ceita de Concessões e Permissões (+R\$ 11,3 bilhões/+1.550%), que se explica pelo recebimento de bônus de assinatura relativos à segunda rodada da cessão onerosa, no montante de R\$ 11, 2 bilhões. Ressalta-se também o desempenho referente às Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 11,1 bilhões/+86,9%), atribuído ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção, com destaque para o contundente aumento de 54,7% no preço do barril de petróleo (brent) entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022.

Com relação ao montante de FPM/FPE/IPI-EE, este registrou crescimento de R\$ 13,3 bilhões (+26,7%) do 1º bimestre de 2021 para o 1º bimestre de 2022, que é explicado pela elevação conjunta do IPI e do IR entre os dois períodos.

No âmbito das Despesas, há os Benefícios Previdenciários, que registraram crescimento de R\$ 10 bilhões (+9,61%), que se explica pelo fato de o IPCA possuir aumento acima dos reajustes concedidos aos benefícios previdenciários entre o 1º bimestre de 2021 e 2022.

No grupo de Outras Despesas Obrigatórias, verificou-se crescimento no Abono e Seguro Desemprego (R\$ 1 bilhão/+6,58%), que se explica pelo aumento real no pagamento do abono salarial e redução real no pagamento do seguro-desemprego. Também impôs peso nesta despesa o crescimento nos Subsídios, Subvenções e Proagro (R\$ 2,6 bilhões/123%), que se explica principalmente pela despesa de R\$ 1,4 bilhão realizada no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO. Destaca-se também o crescimento nos Créditos Extraordinários (Exceto PAC) (R\$ 3,3 bilhões/111%), que é justificado pelos auxílios às pessoas em situação de vulnerabilidade e a aquisição de vacinas. Por fim, destaca-se o crescimento da complementação da União ao FUNDEB (R\$ 2,2 bilhões/+51,07%) entre o 1º bimestre de 2021 e 2022, que se explica com a implementação do Novo FUNDEB instituído por meio da [Emenda Constitucional nº 108/2020](#), que aumentou o percentual de contribuição da União de 12% do total do fundo para 15% entre 2021 e 2022.

No cômputo geral das Despesas, o aumento se deve principalmente ao crescimento do custeio e às mudanças de legislação, além da aplicação de programas governamentais.

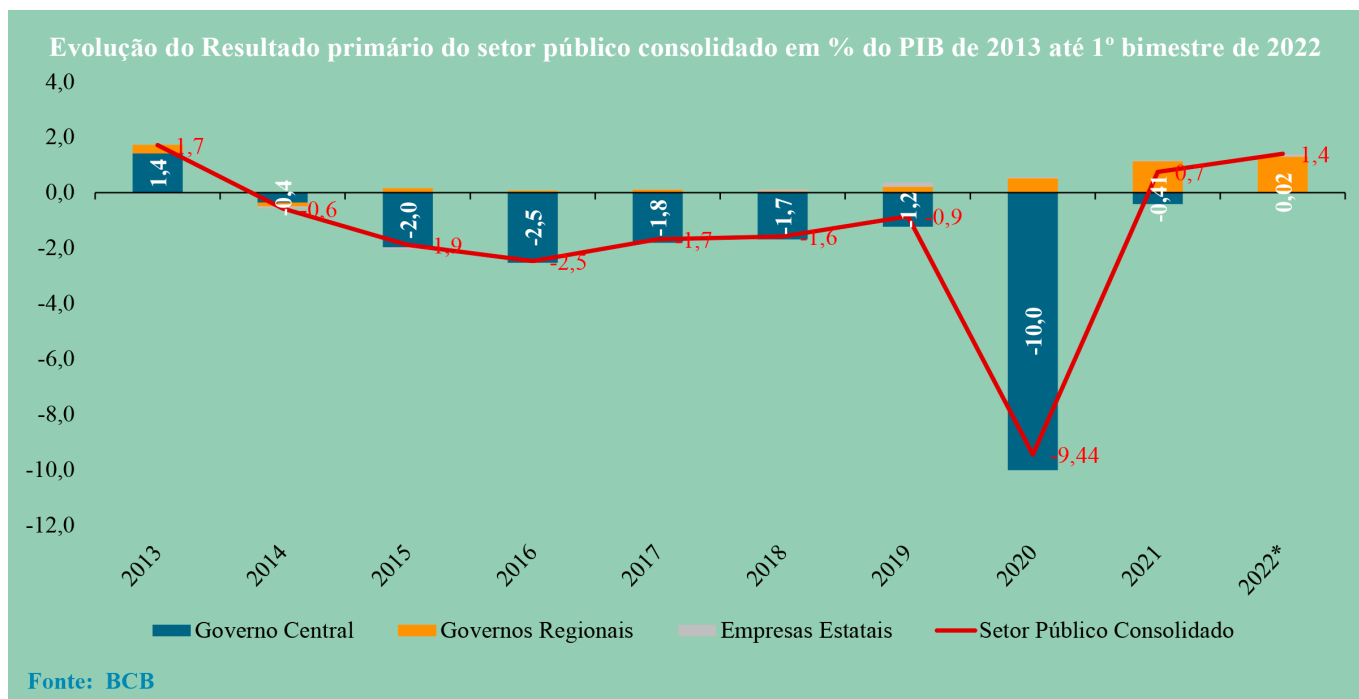
Arrecadação Federal por base de incidência¹, valores absolutos e cresc. % - 1º bimestre de 2021 e 2022

Base de incidência	1º Bimestre			
	2021	2022	Var. R\$	Var. %
Total Receita Administrada pela RFB	211.409,49	261.543,20	50.133,71	23,71
Renda do trabalho	35.010,12	38.836,04	3.825,92	10,93
Lucratividade	72.096,81	108.060,87	35.964,05	49,88
Faturamento	58.134,45	58.993,58	859,13	1,48
Importação	14.444,48	14.902,49	458,01	3,17
Produção	5.911,00	7.008,97	1.097,97	18,58
Transações financeiras	5.573,90	9.269,58	3.695,69	66,30
Combustíveis	75,03	440,51	365,48	487,11
Ganho de capital	15.759,27	20.034,16	4.274,89	27,13
Folha de pagamentos	-	-	-	-
Outras	4.404,44	3.997,00	-407,43	-9,25

Fonte: STN.

¹A rubrica da Renda do Trabalho refere-se à soma das arrecadações de IR - Pessoa Física, Rendimento do Trabalho e Outros; dentro da rubrica Lucratividade encontram-se os valores correspondentes a IR - Pessoa Jurídica e CSLL; no Faturamento encontra-se o somatório da COFINS e PIS/PASEP; na rubrica da Importação está a arrecadação total do IPI - Vinculado e das Importações em si; na Produção estão os valores referentes ao IPI - Fumo, IPI - Bebidas, IPI - Automóveis e IPI - Outros; as Transações Financeiras correspondem ao somatório das receitas de IOF e CPMF; dentro da rubrica de Combustíveis está o somatório total da receita de CIDE Combustíveis; Ganho de Capital diz respeito ao IRRF - Rendimentos do Capital e IRRF - Remessas ao Exterior e Folha de Pagamentos correspondem ao total de outras receitas do grupo.





3.2. RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



O Setor Público Consolidado compreende a inteira estrutura do Estado Brasileiro, isto é: União, Estados, Municípios e Empresas Estatais, e apresentou, no 1º bimestre de 2022, superávit primário de R\$ 105,3 bilhões ante déficit de R\$ 691,7 bilhões no 1º bimestre de 2021. O Governo Central nos dois primeiros meses de 2022 registrou de R\$ 58,2 bilhões ante déficit de R\$ 743 bilhões no 1º bimestre de 2021, já os governos regionais vivenciaram neste 1º bimestre superávit de R\$ 40,1 bilhões contra superávit de R\$ 48,7 bilhões no mesmo período em 2021, e as empresas estatais registraram, no 1º bimestre de 2022, superávit de R\$ 6,9 bilhões contra superávit de R\$ 2,8 bilhões no período análogo em 2021, conforme informações do Banco Central do Brasil.

O superávit registrado neste início de 2022 é decorrente do aumento da arrecadação, especialmente do IR e do IOF, que cresceram com a elevação do nível de atividade e da contínua diminuição de gastos do governo com a pandemia do COVID-19, há também o aumento da arrecadação dos entes subnacionais, a exemplo do ICMS, que considerando a arrecadação de todos os estados, apresentou crescimento de R\$ 14 bilhões (+13,96%), refletindo essa elevação dos níveis de atividade econômica no âmbito estadual.

Em relação às despesas com juros nominais do setor público, os juros apropriados por competência alcançaram no 1º bimestre de 2022 o volume de R\$ 43,8 bilhões contra R\$ 69,9 bilhões no 1º bimestre de 2021, denotando assim uma redução de 58% nas despesas com juros nominais do setor público.

O resultado nominal é o mais utilizado para comparação internacional. No caso, trata-se do resultado primário acrescido dos juros nominais apropriados da dívida pública. Este resultado, no último mês do 1º bimestre de 2021, foi deficitário em R\$ 22,5 bilhões, ou seja, 3,38% do PIB, contra o déficit de R\$ 1 trilhão em fevereiro de 2021 (13,45% do PIB), refletindo, assim, a redução nas despesas com juros do setor público detalhadas anteriormente. O valor do déficit, embora menor do que o registrado no mesmo período em 2020, ainda é considerado alto para os padrões internacionais e economias emergentes. Esse tipo de informação é levado em consideração por agências de classificação de risco de crédito dos países, indicador utilizado por investidores.

Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público – DLSP atingiu o montante de R\$ 5 trilhões no 1º bimestre de 2021, valor que corresponde a 57,1% do PIB. Esse resultado nos dois primeiros meses do ano reflete, sobretudo, os impactos da desvalorização cambial de 4,1%, do aumento juros nominais apropriados, do crescimento do PIB nominal, do efeito da valorização cambial acumulada e pelo efeito da variação da paridade da cesta de moedas que integram a Dívida Externa Líquida.

A Dívida Bruta do Governo Geral – DBGC, que compreende governo federal, INSS, governos estaduais e municipais, atingiu, no 1º bimestre de 2021, a cifra de R\$ 7 trilhões, valor que corresponde a 79,2% do PIB. Na comparação com o 1º bimestre de 2021, a relação DBGC/PIB passou pela redução de 10,8 p.p do PIB. A essa evolução se atribui ao efeito do crescimento do PIB Nominal, do efeito da valorização cambial, dos resgates líquidos de dívida e dos juros nominais apropriados.

3.3. FINANÇAS PÚBLICAS MARANHENSES

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 1º bimestre de 2021 e 2022
Valores em milhões, variação em (%)

Discriminação	2021	2022	Variação absoluta	Variação Relativa (%)
Receitas Correntes	4.181,37	4.930,88	749,51	17,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.985,46	2.074,62	89,15	4,49
ICMS	1.674,46	1.710,71	36,25	2,16
IPVA	132,23	152,63	20,39	15,42
ITCD	05,12	04,42	0,35	-13,78
IRRF	115,93	137,18	21,25	18,33
Taxas	57,72	69,69	11,96	20,72
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	71,74	74,54	-4,31	3,91
Receita de Serviços	0,06	1,23	1,17	1950,00
Receita Patrimonial	07,49	27,15	19,66	262,41
Transferências Correntes	2.087,09	2.711,73	624,63	29,93
CIDE	03,12	07,01	03,89	124,80
FPE	1.707,11	2.146,60	439,48	25,74
SUS	111,98	81,23	0,85	-27,46
FUNDEB	126,83	201,10	74,26	58,55
Outras Transferências Correntes	156,60	347,93	-26,91	122,18
Outras Receitas Correntes	29,52	41,62	12,10	40,99
Receitas Correntes - INTRA	49,67	104,53	54,86	110,44
Receitas de Capital	20,61	0	-20,61	-100,00
Operações de Crédito	20,50	0	-20,5	-100,00
BID/PROFISCO	0,5	0	-0,5	-100,00
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	20,00	0	-20	-100,00
Caixa Econômica Federal	0,00	0	0	0,00
Alienação de Bens	0	0	0	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,1	0	-0,10	-100,00
Outras Receitas de Capital	0,004	0,00	0,00	-100,00
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	102,75	0,00	-102,75	-100,00
Deduções (-)	1.100,96	1.237,47	136,50	12,40
Total Geral	3.080,40	3.693,41	613,01	19,90

Fonte: SEPLAN/MA

No 1º bimestre de 2022 as Receitas Correntes Estaduais assinalaram crescimento de R\$ 749 milhões (+17,9) em relação ao mesmo período em 2021. As Receitas Totais, isto é, acrescentando as Receitas de Capital e Intra-Orçamentárias, o aumento percebido foi de R\$ 613 milhões (+19,9%) no período em questão.

i. Receitas de Transferências

As Transferências Correntes registraram, no 1º bimestre de 2022, aumento de R\$ 624,63 (+29,93%) em comparação com igual período no ano anterior.

O crescimento decorre principalmente da elevação da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE e das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. A cota-parte do FPE no comparativo entre o 1º bimestre de 2022 e o de 2021, registrou aumento da ordem de R\$ 462 milhões (+27%), explicado pelo efeito da elevação conjunta do IPI e do IR entre os dois períodos analisados, uma vez que o montante do FPE a ser repassado aos estados é formado por 22,5% do total da arrecadação total dos dois tributos.

No que se refere às transferências do FUNDEB, verificou-se crescimento de R\$ 80,8 milhões (+63,7%) na comparação inter bimestres de 2022 e 2021, devido ao efeito do crescimento da complementação da União ao FUNDEB ocasionado pela implementação do Novo FUNDEB que aumentou o percentual de contribuição da União de 12% do total do fundo para 15% entre 2021 e 2022.

ii. Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes assinalaram, no 1º bimestre de 2022, um crescimento de R\$ 12,10 milhões (-50%) em relação ao período análogo em 2021. Atribui-se este crescimento ao aumento da arrecadação de fundos (principalmente o Fundo Estadual de Fortalecimento da Administração Tributária – FUNAT, e o Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial – FDI); aumento dos valores das restituições, especialmente resgates de depósitos judiciais e restituições de benefícios previdenciários; e o aumento da arrecadação de multas, principalmente multas de trânsito.

No que tange as Receitas de Capital, as mesmas não registraram valores no 1º bimestre de 2021.

iii. Receitas Tributárias

Os seguintes grupos de atividade registraram os maiores pesos no recolhimento do Imposto sobre a Produção e Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS) no 1º bimestre de 2022:

- **Combustíveis**, que realizaram nos dois primeiros meses de 2022 arrecadação de R\$ 493 milhões (-R\$ 2,38 milhões; -0,48%), essa redução em relação ao mesmo período de 2021 está refletida nas sutis quedas de arrecadação sobre o comércio atacadista de combustíveis, a extração de gás natural e sobre o comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo, segmentos que apresentaram perda de arrecadação em maior magnitude que o nível de crescimento do câmbio.

- **Comércio Atacadista**, com destaque para o comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, que apresentou arrecadação de R\$ 45,6 milhões (+R\$ 3,83 milhões; +9,17%). Tal aumento na arrecadação neste começo de 2022 teve forte participação da alta do nível de preços para a produção de frutas e carnes, que foram fortemente afetadas pelos fatores climáticos, acarretando choques de oferta sazonais.

- **Indústria de Transformação**, destacam-se neste segmento a fabricação de cervejas e chopes (arrecadação de R\$ 123 milhões), cujo alto desempenho arrecadatário vem, principalmente, da consolidação da Unidade Fabril da Ambev no estado; Fabricação de adubos e fertilizantes (arrecadação de R\$ 25,4 milhões), também impulsionada pelo complexo fabril que dá suporte à agricultura maranhense, a exemplo da unidade fabril de fertilizantes da Fertipar no estado.

- **Energia Elétrica**: A arrecadação sobre a Energia Elétrica registrou, nos dois primeiros meses de 2022 a cifra de R\$ 198 milhões (+R\$ 34,2 milhões; +20,9%). No 1º bimestre de 2022 a Energia Elétrica apresentou alta de 1,58 pelo IPCA-15, sendo 0,99% de alta só no mês de fevereiro, o maior valor para o mês desde o ano de 2016. Ressalta-se que estes aumentos decorrem dos efeitos ainda presentes da crise hídrica que o Brasil enfrentou durante boa parte de 2021. Com a escassez das chuvas no período, as usinas hidrelétricas ficam mais vazias, sendo necessário o acionamento das usinas termelétricas, que por sua vez possui uma produção de energia mais difícil e, portanto, mais cara. Cabe lembrar também que desde setembro de 2021 permanece em vigor a bandeira Escassez Hídrica, que aumenta em R\$ 14,20 o valor cobrado na conta de luz a cada 100 kWh consumidos.

Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 1º bimestre de 2021 e 2022

Setor Econ. e Grupo de Atividade	2021	2022	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
Primário	9,64	13,53	3,88	40,26
Agricultura	2,15	4,74	2,59	120,28
Pecuária	6,85	8,51	1,66	24,19
Pesca e Aquicultura	0,13	0,11	-0,03	-19,98
Produção Florestal	0,50	0,16	-0,34	-67,27
Secundário	679,95	723,66	43,71	6,43
Combustível	400,63	444,27	43,64	10,89
Energia Elétrica	2,05	7,90	5,85	285,48
Indústria de Transformação	272,79	264,38	-8,41	-3,08
Indústria Extrativista	3,03	4,43	1,40	46,12
Indústria - Outras	1,44	2,68	1,24	86,28
Terciário	965,93	968,89	2,96	0,31
Combustível	94,98	48,96	-46,02	-48,45
Comércio Atacadista	267,17	303,10	35,94	13,45
Comércio Varejista	262,75	268,26	5,51	2,10
Energia Elétrica	161,83	190,25	28,42	17,56
Outros Serviços	22,49	20,13	-2,35	-10,47
Serviços de Comunicação	118,06	62,96	-55,10	-46,67
Serviços de Transporte	38,66	75,23	36,57	94,60
Total	1655,52	1706,08	50,56	3,05

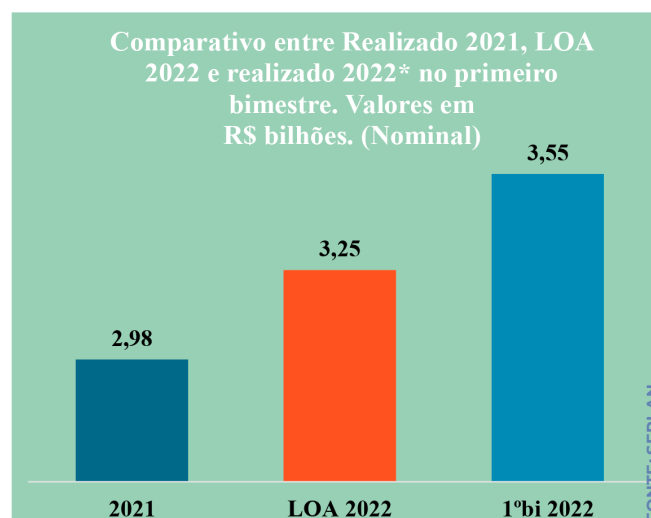
Fonte: BI-SEFAZ/MA.

iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020

No primeiro bimestre, os dados preliminares dos valores realizados até fevereiro apresentam fortes sinais de crescimento das receitas. Esse movimento reflete a continuidade do panorama abordado ao longo de 2021, mas vai na contramão do último bimestre de 2021 que apresentava certa atenuação do ritmo de valorização da arrecadação.

Embora a arrecadação continue crescente, nos últimos 3 meses o ICMS vem apresentando atenuação no ritmo de crescimento devido à estabilização dos preços dos combustíveis desde dezembro de 2021 sendo o ICMS como supracitado nas seções anteriores, este vetor foi altamente beneficiado pelo boom do preço do petróleo desde o período pós lockdowns até arrefecer em novembro e reduzir em 2022.

Em 23 de fevereiro de 2022, estourou o conflito Rússia e





Ucrânia que reforçou os preços das commodities, forçou o caminho contrário e os impactos esperados deverão ser de retomada no crescimento da arrecadação – devido à importação de combustíveis e de fertilizantes – produtos diretamente afetados pelo confronto, bem como, do reforço inflacionário.

A expectativa de valoração da arrecadação já pode ser vista na LOA 2022, que prevê receitas na ordem de R\$ 3,25 bilhões para o primeiro bimestre – contra R\$ 2,98 bilhões em 2021. Embora já seja uma cifra considerável o realizado em 2022, supera o orçamento e registra R\$ 3,55 bilhões, mostrando que a estimativa elaborada com dados de julho de 2021, possa estar defasada frente ao cenário econômico caótico.

O ICMS responde por grande parte da receita e maior parte da arrecadação tributária, na ponta, registrou redução de 1% em relação a LOA e crescimento de 0,1% em relação com 2021, demonstrando a fragilidade do tributo nesse início de ano – em conformidade com o cenário de preços.

Não obstante, deve-se reiterar o crescimento dos repasses do FPE, derivados da valoração da cota-parte atinente ao crescimento da arrecadação da União – devido a elevada inflação, que reforçou o crescimento da composição do Fundo. Proporcionando o aumento de R\$ 272,3 milhões em relação a LOA.

Outra receita com crescimento substancial foi o IR, com crescimento de R\$ 59,5 milhões em relação ao orçado, segui-

do pelas transferências do SUS, com R\$ 13,8 milhões, e, por fim, do CIDE com R\$ 1,5 milhão.

Das demais principais fontes de receita, todas apresentaram queda em relação ao orçamento, destacando, transferências do FUNDEB (- R\$ 8,2 milhões) – apesar do seu crescimento em relação ao ano anterior; do IPVA (- R\$ 21, 3 milhões); bem como das Taxas (- R\$ 9,9 milhões) e do ITCD (-R\$ 1,3 milhão).

Ademais, apesar do crescimento das receitas e da expectativa de elevação das receitas tributárias por meio do ICMS e da inflação beneficiando toda a arrecadação em termos nominais, deve-se atentar que o cenário ainda apresenta inúmeros riscos de crescimento das despesas e incertezas quanto ao comportamento das receitas estaduais. Por um lado, há pressões no grupo de despesas de pessoal que devem ser reforçadas ao longo de 2022 - por ser um ano eleitoral que impede contratações a partir de 2 julho, e por debates no âmbito do congresso nacional – consolidação de pisos salariais para área da saúde e educação.

Além disso, há o impacto incerto do cenário macroeconômico com o conflito da Rússia X Ucrânia e o comportamento dos juros, câmbio e inflação ao redor do mundo - fatores, que podem trazer impactos no crescimento econômico, na dívida pública e na arrecadação de todas as esferas de Governo.

Excesso/frustração e arrecadação no 1º bi realizado (2021 e 2022), LOA 2022 – Principais Receitas¹ e variação

Principais receitas	1º bimestre 2021 Realizado	1º bimestre LOA 2022	1º bimestre 2022 Realizado	Excesso/Frustração (LOAxRealizado)	Var Absoluta 2022/2021	Var (%) 2022/2021	Var (%) 2022/LOA2022
ICMS	1.058.368.298,89	1.069.419.602,01	1.059.302.371,86	- 10.117.230,15	934.072,97	0,1%	-1,0%
IR	115.925.260,20	77.652.537,31	137.176.568,58	59.524.031,27	21.251.308,38	15,5%	43,4%
ITCD	4.099.729,62	4.852.296,73	3.555.562,11	- 1.296.734,62	544.167,51	-15,3%	-36,5%
IPVA	53.551.196,40	89.458.003,10	68.182.288,75	- 21.275.714,35	14.631.092,35	21,5%	-31,2%
CIDE	2.357.580,05	3.738.736,03	5.258.284,96	1.519.548,93	2.900.704,91	55,2%	28,9%
Taxas	57.487.758,38	79.380.390,96	69.502.831,09	- 9.877.559,87	12.015.072,71	17,3%	-14,2%
FPE	1.365.690.841,04	1.444.997.793,33	1.717.278.769,86	272.280.976,53	351.587.928,82	20,5%	15,9%
FUNDEB	208.264.816,53	416.995.567,49	408.770.804,95	- 8.224.762,54	200.505.988,42	49,1%	-2,0%
SUS	111.983.805,22	67.166.063,39	80.944.573,90	13.778.510,51	31.039.231,32	-38,3%	17,0%
Total	2.977.729.286,33	3.253.660.990,36	3.549.972.056,06	296.311.065,70	572.242.769,73	16,1%	8,3%

Fonte: SEPLAN/MA ¹somam historicamente mais de 95% das receitas totais do Estado do Maranhão. Valores nominais.

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 1º bimestre de 2021 e 2022
Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	2021	2022	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
Despesas Correntes	2.503,78	3.120,31	616,53	24,62
Pessoal e Encargos Sociais	1.278,36	1.611,87	333,51	26,09
Outras Despesas Correntes	1.133,56	1.411,55	277,99	24,52
Juros e Encargos da Dívida	91,86	96,90	5,03	5,48
Despesas de Capital	470,59	637,38	166,79	35,44
Investimentos	149,33	300,05	150,72	100,93
Inversões Financeiras	32,19	0,76	-31,43	-97,64
Amortização da Dívida	289,08	336,58	47,50	16,43
Total Geral	2.974,37	3.757,69	783,32	26,34

Fonte: SEPLAN-MA

No 1º bimestre de 2022 as Despesas Totais do Estado registraram o valor de R\$ 3,7 bilhões, configurando um crescimento de R\$ 783 milhões (+26,34%) quando se compara com o mesmo período em 2021. As Despesas Correntes, que são as Despesas Totais deduzidas das Despesas de Capital, apresentaram crescimento de R\$ 616 milhões (+24,62) entre os períodos em questão.

No grupo de Pessoal e Encargos Sociais, as despesas assinalaram no 1º bimestre de 2022, crescimento de R\$ 333,5 milhões (+26,09%) em relação a igual período em 2021. O crescimento é explicado pelo aumento real no pagamento de vencimentos e abonos salariais em função dos reajustes anuais. O Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Maranhão – FEPA aparece sempre com os maiores valores de despesa com folha, isso porque existe a variação positiva anual da folha de inativos em função da dinâmica previdenciária (número crescente de servidores atingindo idade avançada e se aposentando) enquanto a de ativos tende a permanecer constante, ou com variações mais curtas.

No grupo de Outras Despesas Correntes (também denominado Custeio) foi registrado no período entre o 1º bimestre de 2021 e 2022 um crescimento de R\$ 277 milhões (+24,52%). Depois da Folha de Pagamento, este é o grupo de maior dispêndio do Estado. Destaca-se neste grupo a Secretaria de Estado da Saúde – SES, que lidera as despesas de custeio do Estado (+R\$ 418 milhões / +15,90%), isso porque a ampliação da estrutura de saúde do Estado como medida de combate à pandemia do COVID-19 acaba por elevar as despesas de manutenção dessa estrutura. O segundo maior vetor das despesas de custeio é a Educação, a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC registrou aumento no custeio da ordem de R\$ 188 milhões (+51,19%). A variação relativa maior que a da saúde se explica pelo cenário de retomada das aulas e atividades escolares do começo do ano passado até o início deste ano, movimentando despesas de custeio que estavam paralisadas até o reinício das atividades.

O Grupo de Investimentos assinalou crescimento de R\$ 150,72 milhões (+100,93%) no 1º bimestre de 2022 em relação a igual período em 2021, e, tradicionalmente, quem assume a ponta nos dispêndios deste grupo de despesa são a



Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA e a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, uma vez que a maior parte dos gastos com investimentos do Estado são justamente em obras de infraestrutura, no caso da SINFRA, destacam-se os investimentos em Implantação e Melhoramento de Prédios e Logradouros Públicos, nos quais foram gastos mais de R\$ 100 milhões em obras como a construção do Hospital da Ilha, e obras na região da pré-amazônia e os dispêndios gerais com obras públicas para uso comum do povo. No caso da SECID, os investimentos no período abordado estiveram mais centrados em obras envolvendo habitação rural, onde foram gastos mais de R\$ 5 milhões em obras de habitação rural em Cajari, Pedro do Rosário, Brejo de Areia etc.

No cômputo geral, o crescimento das despesas reflete principalmente o crescimento sustentado das despesas de custeio, principalmente da Educação e Saúde, seja pela retomada da utilização da infraestrutura ociosa, seja pela expansão desta, o que leva, por conseguinte ao crescimento dos custos de manutenção dessa estrutura.

Tópicos Extras

REPASSES DE COTA-PARTE DE ICMS, IPVA E FPEX AOS MUNICÍPIOS

O Índice de valores a serem repassados aos municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme [Art. 159 da Constituição Federal](#)) realizados em seus territórios; 15% em quotas iguais para

todos os municípios; 5% na proporção da população do município em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do município relativa à do estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse 1º Bim 2022
ACAILANDIA	3,31	12.752.499,33
AFONSO CUNHA	0,08	297.810,49
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	0,09	328.725,60
ALCANTARA	0,13	491.048,63
ALDEIAS ALTAS	0,19	738.748,71
ALTAMIRA DO MARANHÃO	0,10	399.046,21
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0,19	713.035,44
ALTO ALEGRE DO PINDARE	0,16	612.053,00
ALTO PARNAIBA	0,59	2.269.267,98
AMAPA DO MARANHÃO	0,08	307.042,16
AMARANTE DO MARANHÃO	0,41	1.593.830,48
ANAJATUBA	0,13	508.828,31
ANAPURUS	0,21	794.876,98
APICUM ACU	0,09	363.823,38
ARAGUANA	0,09	362.612,33
ARAIOSES	0,16	602.009,87
ARAME	0,21	808.696,79
ARARI	0,16	633.526,84
AXIXA	0,09	351.212,49
BACABAL	1,16	4.476.457,15
BACABEIRA	0,32	1.219.954,28
BACURI	0,10	374.104,64
BACURITUBA	0,07	277.007,44
BALSAS	4,21	16.220.640,05
BARAO DE GRAJAU	0,23	873.443,13
BARRA DO CORDA	0,56	2.173.838,41
BARREIRINHAS	0,31	1.187.528,94
BELA VISTA DO MARANHÃO	0,11	412.571,19
BELAGUA	0,07	287.214,65
BENEDITO LEITE	0,10	393.484,39
BEQUIMAO	0,12	467.101,54
BERNARDO DO MEARIM	0,08	323.212,78

BOA VISTA DO GURUPI	0,08	318.487,60
BOM JARDIM	0,44	1.709.563,60
BOM JESUS DAS SELVAS	0,28	1.077.134,89
BOM LUGAR	0,11	431.549,74
BREJO	0,24	922.945,36
BREJO DE AREIA	0,09	354.258,30
BURITI	0,16	627.016,88
BURITI BRAVO	0,15	583.487,20
BURITICUPU	0,55	2.125.771,63
BURITIRANA	0,13	509.311,31
CACHOEIRA GRANDE	0,08	304.919,46
CAJAPIO	0,08	319.833,58
CAJARI	0,09	357.463,19
CAMPESTRE DO MARANHÃO	0,26	985.069,72
CANDIDO MENDES	0,11	429.500,82
CANTANHEDE	0,12	453.022,64
CAPINZAL DO NORTE	0,21	807.559,39
CAROLINA	0,44	1.696.308,33
CARUTAPERA	0,14	556.632,52
CAXIAS	1,63	6.273.954,14
CEDRAL	0,08	314.129,42
CENTRAL DO MARANHÃO	0,08	290.757,22
CENTRO DO GUILHERME	0,10	388.027,10
CENTRO NOVO DO MARANHÃO	0,23	883.920,78
CHAPADINHA	0,49	1.888.674,16
CIDELANDIA	0,22	837.616,49
CODO	0,80	3.094.535,75
COELHO NETO	0,25	954.651,35
COLINAS	0,28	1.060.782,55
CONCEICAO DO LAGO ACU	0,10	396.118,84
COROATA	0,28	1.083.194,10
CURURUPU	0,15	566.984,22
DAVINOPOLIS	0,57	2.194.812,34
DOM PEDRO	0,21	798.126,99
DUQUE BACELAR	0,08	315.824,01
ESPERANTINOPOLIS	0,15	573.268,19
ESTREITO	1,07	4.131.174,73
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	0,13	489.099,59
FERNANDO FALCAO	0,18	706.526,76
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,24	916.434,87
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,24	927.979,50
FORTUNA	0,12	464.372,95
GODOFREDO VIANA	0,94	3.624.919,30
GONCALVES DIAS	0,14	531.801,85
GOVERNADOR ARCHER	0,09	354.525,21
GOVERNADOR EDSON LOBAO	0,26	989.623,70
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,13	502.576,38



GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,09	345.694,89
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,13	481.773,66
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16	629.554,69
GRACA ARANHA	0,08	314.242,43
GRAJAU	0,86	3.323.879,44
GUIMARAES	0,09	334.520,06
HUMBERTO DE CAMPOS	0,13	488.787,04
ICATU	0,11	425.519,82
IGARAPE DO MEIO	0,17	640.517,27
IGARAPE GRANDE	0,13	492.961,79
IMPERATRIZ	8,49	32.682.044,05
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11	415.730,20
ITAPECURU MIRIM	0,44	1.692.758,48
ITINGA DO MARANHAO	0,44	1.694.841,49
JATOBA	0,09	342.349,75
JENIPAO DOS VIEIRAS	0,12	480.535,53
JOAO LISBOA	0,26	982.622,38
JOSELANDIA	0,11	435.682,36
JUNCO DO MARANHAO	0,08	316.396,03
LAGO DA PEDRA	0,32	1.250.100,30
LAGO DO JUNCO	0,09	351.543,97
LAGO DOS RODRIGUES	0,10	388.798,01
LAGO VERDE	0,12	458.217,27
LAGOA DO MATO	0,11	406.426,73
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	0,11	408.200,04
LAJEADO NOVO	0,12	462.033,60
LIMA CAMPOS	0,20	758.205,46
LORETO	0,35	1.362.680,12
LUIS DOMINGUES	0,08	297.291,22
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,12	445.463,91
MARACACUME	0,16	599.787,71
MARAJA DO SENA	0,11	438.013,71
MARANHAOZINHO	0,12	443.618,82
MATA ROMA	0,18	711.525,66
MATINHA	0,15	559.211,88
MATOES	0,17	643.558,18
MATOES DO NORTE	0,09	364.598,74
MILAGRES DO MARANHAO	0,08	322.238,57
MIRADOR	0,28	1.074.361,65
MIRANDA DO NORTE	0,51	1.966.144,35
MIRINZAL	0,11	429.489,99
MONCAO	0,13	514.796,10
MONTES ALTOS	0,15	579.995,92
MORROS	0,12	471.062,56
NINA RODRIGUES	0,08	324.522,44
NOVA COLINAS	0,12	463.341,23
NOVA IORQUE	0,10	384.713,66



NOVA OLINDA DO MARANHÃO	0,15	571.861,49
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS	0,19	747.925,28
OLINDA NOVA DO MARANHÃO	0,09	346.891,37
PACO DO LUMIAR	0,70	2.710.173,66
PALMEIRANDIA	0,10	390.508,16
PARAIBANO	0,16	620.109,54
PARNARAMA	0,30	1.158.157,20
PASSAGEM FRANCA	0,14	527.267,02
PASTOS BONS	0,18	685.754,02
PAULINO NEVES	0,51	1.959.874,39
PAULO RAMOS	0,17	662.211,77
PEDREIRAS	0,41	1.595.867,11
PEDRO DO ROSÁRIO	0,12	471.513,74
PENALVA	0,14	528.863,38
PERI MIRIM	0,09	353.989,84
PERITORO	0,18	698.319,00
PINDARE MIRIM	0,18	709.132,23
PINHEIRO	0,53	2.023.997,96
PIO XII	0,15	594.755,41
PIRAPEMAS	0,10	390.736,08
POCAO DE PEDRAS	0,14	537.094,37
PORTO FRANCO	0,75	2.896.404,68
PORTO RICO DO MARANHÃO	0,07	274.651,42
PRESIDENTE DUTRA	0,50	1.908.164,77
PRESIDENTE JUSCELINO	0,08	317.044,14
PRESIDENTE MEDICI	0,08	326.467,53
PRESIDENTE SARNEY	0,09	363.396,01
PRESIDENTE VARGAS	0,08	304.544,90
PRIMEIRA CRUZ	0,09	344.012,70
RAPOSA	0,21	815.081,18
RIACHÃO	0,55	2.116.304,63
RIBAMAR FIQUENE	0,13	511.707,35
ROSÁRIO	0,26	1.018.133,12
SAMBAIBA	0,40	1.553.085,13
SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	0,08	316.895,39
SANTA HELENA	0,19	714.362,78
SANTA INES	0,98	3.776.083,08
SANTA LUZIA	0,50	1.916.821,67
SANTA LUZIA DO PARUÁ	0,19	713.611,49
SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	0,15	589.890,91
SANTA RITA	0,23	872.965,36
SANTANA DO MARANHÃO	0,09	331.906,72
SANTO AMARO DO MARANHÃO	0,10	371.212,16
SANTO ANTONIO DOS LOPES	1,91	7.347.217,41
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,11	423.811,76
SAO BENTO	0,17	655.282,12
SAO BERNARDO	0,19	725.634,20

SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,32	1.249.619,35
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	0,31	1.183.782,21
SAO FELIX DE BALSAS	0,10	401.341,20
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,16	629.258,68
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	0,11	413.121,99
SAO JOAO BATISTA	0,11	407.840,25
SAO JOAO DO CARU	0,11	417.548,89
SAO JOAO DO PARAISO	0,20	776.034,53
SAO JOAO DO SOTER	0,11	436.174,44
SAO JOAO DOS PATOS	0,26	1.003.208,85
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,40	5.380.102,94
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,08	307.114,13
SAO LUIS	32,74	126.017.287,39
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	0,15	559.403,62
SAO MATEUS DO MARANHAO	0,24	914.588,44
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,15	564.955,37
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,13	492.734,28
S. RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,57	2.199.663,49
S. RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,08	315.617,01
SAO ROBERTO DO MARANHAO	0,08	311.988,15
SAO VICENTE DE FERRER	0,11	425.949,79
SATUBINHA	0,09	344.150,32
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,09	363.898,65
SENADOR LA ROCQUE	0,21	801.026,24
SERRANO DO MARANHAO	0,09	328.872,34
SITIO NOVO	0,25	957.688,68
SUCUPIRA DO NORTE	0,14	523.030,01
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,08	320.715,52
TASSO FRAGOSO	0,78	2.993.667,38
TIMBIRAS	0,13	513.614,26
TIMON	1,38	5.293.285,62
TRIZIDELA DO VALE	0,38	1.456.363,49
TUFILANDIA	0,08	301.820,53
TUNTUM	0,27	1.028.624,15
TURIACU	0,15	563.937,76
TURILANDIA	0,12	460.709,15
TUTOIA	0,28	1.083.068,65
URBANO SANTOS	0,19	718.001,19
VARGEM GRANDE	0,22	848.169,76
VIANA	0,26	995.551,51
VILA NOVA DOS MARTIROS	0,18	704.979,54
VITORIA DO MEARIM	0,18	687.075,99
VITORINO FREIRE	0,22	854.610,78
ZE DOCA	0,38	1.454.108,21
TOTAL	100	384.933.855,78

